

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

MARIA IRENE OSTETO

**PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DAS CRIANÇAS ABRIGADAS: uma experiência
no Lar das Crianças Seara da Esperança**

**Florianópolis
2009**

MARIA IRENE OSTETO

**PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DAS CRIANÇAS ABRIGADAS: uma experiência
no Lar das Crianças Seara da Esperança**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social, Departamento de Serviço Social,
Centro Sócio-Econômico, Universidade
Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof^a. Dra. Marli Palma
Souza

**FLORIANÓPOLIS
2009**

MARIA IRENE OSTETO

**PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DAS CRIANÇAS ABRIGADAS: uma experiência
no Lar das Crianças Seara da Esperança**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Marli Palma Souza
CSE/DSS/UFSC
Orientadora

Prof^a Dr^a Eliete Cibeles Cipriano Vaz
CSE/DSS/UFSC
1^a Examinadora

Prof^a. Ms. Elizabeth Callado de Oliveira Carreirão
CSE/DSS/UFSC
2^a Examinadora

Florianópolis, Julho de 2009.

Dedico este trabalho às crianças com quem convivi durante meu estágio na medida de proteção “Abrigo”, Lar das Crianças Seara da Esperança, por sua disposição em participar do trabalho, e por quem tenho todo respeito e carinho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela força dessa caminhada.

A meu esposo Adriano pela presença constante em minha vida, com amor, sem o qual seria impossível a realização deste trabalho.

A Super Supervisora de Campo A. S. Fernanda por todos os ensinamentos e pela paciência durante todo o período de estágio, por ouvir minhas inquietações e me indicar as possibilidades.

A Professora Marli, minha orientadora pela competência e apoio durante o tempo de elaboração do trabalho, e a todas as Professoras do departamento por todos os ensinamentos.

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para a construção desse trabalho.

Meus oito anos

Oh! Que saudades que tenho
Da aurora da minha vida,
Da minha infância querida
Que os anos não trazem mais!
Que amor, que sonhos, que flores,
Naquelas tardes fagueiras,
À sombra das bananeiras,
Debaixo dos laranjais!

Casimiro de Abreu

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem por finalidade relatar a elaboração e aplicação de um projeto de intervenção junto às crianças abrigadas no Lar das Crianças Seara da Esperança. Na primeira seção delimitamos o marco teórico, as imagens e lembranças da infância como parte fundamental na construção da personalidade do futuro adulto. Na segunda seção foi descrita a experiência de intervenção com as crianças sob medida de proteção “abrigo”. Esse projeto teve como objetivo, criar, juntamente com as crianças, um dossiê que chamamos de álbum, registrando a memória das crianças no período passado sob a tutela do Estado, procurando garantir, assim, um de seus direitos fundamentais, proclamado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90), ou seja, o respeito à dignidade. No trabalho junto às crianças tentou-se minimamente garantir o direito a convivência familiar, no que se refere à fratria. No contexto das crianças de 0 a 8 anos institucionalizadas, o que observamos durante o trabalho foi a importância do vínculo afetivo entre os irmãos, o desejo de construção do álbum, como forma de preservar sua memória, para ser levado consigo no momento da saída da instituição. A construção do álbum tentou colocar as crianças como autores de suas memórias.

Palavras-chave: Iconografia, abrigo, crianças.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Numero de crianças de 0 a 6 anos que circularam na instituição entre 2006 e 2008.	24
Tabela 2	Quantidade de álbuns construídos	38

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. MEMÓRIA, INFÂNCIA EM ABRIGO E FRATRIA.....	12
1.1 A DESCOBERTA DA INFÂNCIA PELO ESTUDO DA ICONOGRAFIA.....	12
1.2 O USO DA FOTOGRAFIA COMO FORMA DE CONSERVAR A MEMÓRIA.....	13
1.3. CONSIDERAÇÕES SOBRE A MEMÓRIA.....	16
1.4 A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA NA INFÂNCIA.....	18
1.5 A MEDIDA DE PROTEÇÃO ABRIGO E A IMPORTÂNCIA DE PRESERVAR ESSA MEMÓRIA.....	19
1.6 PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DO DIREITO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA (PNCFC).....	25
1.7 A FRATRIA E SUAS IMPLICAÇÕES.....	29
2 DESCRIÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO.....	32
2.1 CONTEXTO INSTITUCIONAL: LAR DAS CRIANÇAS SEARA DA ESPERANÇA.....	32
2.2 DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO.....	35
2.2.1 Crianças de 0 – 3 sem fratria.....	39
2.2.2 Portadores de deficiência de 0 – 8 anos.....	42
2.2.3 Crianças de 3 – 6 sem fratria no abrigo.....	43
2.2.4 Crianças de 0 – 8 anos com fratria no abrigo.....	45
2.3 REPERCUSSÃO.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS.....	57
APÊNDICES.....	61

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo relatar a nossa intervenção como Estagiária de Serviço Social junto às crianças sob medida de proteção na modalidade abrigo, no Lar das Crianças “Seara da Esperança” que é uma das obras da Sociedade Espírita de Recuperação, Trabalho e Educação (SERTE¹). A instituição tem capacidade de atendimento para vinte e cinco crianças de 0 a 6 anos, que tiveram seus direitos violados.

Ao realizar o estágio supervisionado, realizado no período de março a junho de 2009, enquanto atividade curricular obrigatória, observamos que, ao contrário da criança sob tutela dos pais (biológicos, substitutos) ou responsável legal, tem sua história contada por meio deles, em conversas, visualização de fotos e relato dos momentos por eles preservados. Já a criança em medida de proteção, não conta com essas figuras que dariam continuidade ao registro de sua existência. No entanto, a partir do momento que a criança é colocada sob medida de proteção “abrigo”, por qualquer tipo de violação de direitos, prossegue sua dinâmica de crescimento, aprendizado e apego afetivo. Essa dinâmica merece ser registrada para que ao ser colocada em família substituta ou retorne à família de origem não restem lacunas na história da criança.

A partir dessa premissa, resolvemos elaborar um Projeto de intervenção junto às crianças sob medida de proteção “abrigo” no Lar das Crianças Seara da Esperança que objetivou elaborar com as crianças, um álbum registrando a memória do período passado sob tutela do Estado.

Na primeira seção iremos delimitar o marco teórico do trabalho, onde serão expostas algumas das bases norteadoras da intervenção como a iconografia, a memória, a medida de proteção “abrigo”, fratria e o Plano Nacional de Promoção,

¹A SERTE é uma associação civil, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado e objetivos religiosos, filantrópicos, educacionais e de recuperação física e espiritual. Nasceu de uma visão espiritual de seu fundador Leonel Timóteo Pereira (Nelito), comerciante de Florianópolis, que visualizou o que deveria ser edificado no terreno localizado na Cachoeira do Bom Jesus, no ano de 1955. São os seguintes estabelecimentos religiosos, assistenciais e de assuntos educacionais mantidos pela SERTE: Centro Espírita da SERTE, Centro Espírita Irmão Erasto, Lar dos Velhinhos Irmão Erasto, Lar das Crianças Seara da Esperança (abrigo), Educandário Lar de Jesus (creche), Berçário Irmã Celina, Biblioteca Ranchinho dos Trabalhadores do Espaço, Livraria da SERTE, Universidade Livre da SERTE, Centro de Atenção à Saúde Irmã Liz (CASIL), Centro Cultural, Esportivo, Recreativo e Comunitário, Centro de Promoção, Proteção e Defesa de Direitos Humanos (CPPDH), Centro de Comunicação Comunitária e Centro de Profissionalização, Cultura, Esporte e Lazer (CEPELC).

Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Esse referencial teórico ajudou a construir e a por em prática o projeto de intervenção junto às crianças.

Na segunda sessão serão descritos os objetivos e a metodologia do presente trabalho, bem como passamos a descrever a experiência de Estágio e a execução do projeto de intervenção que consistiu em elaborar, com as crianças do abrigo, acima citado, essa memória, como forma de garantir um de seus direitos fundamentais, proclamado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei8069/90), ou seja, o respeito à dignidade, no sentido de tentar assegurar as condições mínimas para o desenvolvimento de sua personalidade.

Salientamos que, em função da faixa etária dos abrigados, de 0 a 6 anos, o trabalho de preservação da memória adquiriu em alguns casos, mais um aspecto de iconografia, ou seja, de conjunto de imagens, do que propriamente de construção de um álbum que resguardasse o tempo passado em abrigo mediante registro de atividades, momentos especiais, preferências, apegos, gostos através de fotos desenhos e pinturas, com a efetiva participação das crianças.

No entanto, a característica que o trabalho assumiu, não lhe diminui o valor, não podemos esquecer que através da iconografia descobriu-se o sentimento da infância no século XVI.

Por fim, concluímos o trabalho com as reflexões e considerações finais.

1 MEMÓRIA, INFÂNCIA EM ABRIGO E FRATRIA

1.1 A DESCOBERTA DA INFÂNCIA PELO ESTUDO DA ICONOGRAFIA²

Philippe Ariès em sua obra *História social da criança e da família*, afirma que a infância até o século XII era desconhecida, a criança era vista como um pequeno adulto, “apenas o tamanho os distinguia dos adultos (ARIES, 1981)”. Os pintores da época, nos casos em que as crianças eram expostas nuas, retratavam sua musculatura com as formas iguais à de um adulto, apenas com a diferença do tamanho.

Nas representações Bíblicas, bem como nos romances, as crianças eram representadas com a forma adulta, mas com tamanho reduzido. Essa forma de ver a criança também é encontrada em civilizações arcaicas, então “partimos de um mundo de representação onde a infância é desconhecida (ARIES, 1981)”.

A infância, então, era vista como um momento de transição, mas que logo era transposta e sua memória e as suas lembranças desse momento eram esquecidas. Já no século XII a criança tem uma configuração mais próxima ao que vemos na modernidade, como uma fase onde ela deve ser protegida: a forma angelical, aparência de adolescente. Neste período a educação das crianças era comandada pela Igreja e foi este tipo de representação da criança que ficou mais comum no século XIX.

No século XIII, com a representação da maternidade da Virgem, a infância surgiu no mundo das representações, mas ficou limitada à representação do menino Jesus, isso até o século XIV.

Na Idade Média a imagem da criança desnuda muitas vezes estava ligada à morte, trazendo à tona a representação da alma. A alma é, assim, representada na

²“A palavra iconografia pode ser traduzida literalmente como “escrita de imagem”. Do grego “Eikon” (imagem) e “Graphia” (escrita). Seu uso está ligado à criação de projetos (design), ao simbolismo e à Igreja. Ela pode se referir também aos signos que sejam significativos para determinadas culturas seguindo suas crenças e valores socioculturais. A iconografia é, portanto, o conjunto de imagens relativas a determinado assunto, sendo considerada a arte de representar por imagens. “Ícone” é uma palavra grega que significa “imagem” - representação. ‘Iconografia é um ramo da história da arte cujo objeto de estudo é o tema e significado das obras de arte em contraposição à sua forma’(Erwin Panofsky em <http://imasters.uol.com.br/artigo/4498/teoria/iconografia/> acesso em 19-04-09)”

forma de uma criança nua. As cenas sacras e profanas da infância tornaram-se mais comuns no século XIX. Neste mesmo século, as histórias de crianças são contadas em lendas e contos, estes com conotação voltada à caridade e à piedade.

Já no século XVI, as pinturas contam pequenas histórias representando cenas com homens e mulheres. Estas pinturas começam a substituir as imagens que ilustravam imagens estáticas ou simbólicas. Nesta nova forma de representação a imagem da criança tornou-se muito freqüente; nas situações do dia-dia; continham adultos, mas a criança é que detinha o lugar de destaque.

Essa mistura remonta a duas concepções sobre essas representações: a primeira que a vida dos adultos e das crianças eram misturadas e as atividades exercidas eram comuns a ambos. Já a segunda concepção é que os ilustradores gostavam de representá-las por serem simpáticas ou próprias a serem pintadas por sua forma recreativa e original.

No século XVIII a criança é o modelo favorito, surge nos pais o sentimento de desejo de ter um retrato de seus filhos, mesmo que o retrato seja antigo, do tempo que eram crianças. “Esse nasce no século XVIII e não desaparece”. No século XIX surge a fotografia, mas o sentimento de desejo pela imagem da criança ou do filho não muda.

1.2 O USO DA FOTOGRAFIA COMO FORMA DE CONSERVAR A MEMÓRIA

A partir da Revolução Industrial (século XVIII) houve um enorme desenvolvimento em todos os campos do conhecimento científico e vários inventos surgiram neste contexto. A fotografia surge como possibilidade de ser um apoio a pesquisa científica, bem como uma forma de expressão artística e cultural a partir da documentação dos costumes, fatos sociais e políticos.

É vista pela sociologia, antropologia e história como fonte de pesquisa. Dela podem-se tirar descrições e até narrativas de aspectos visuais. Gerando, para Leite, “sistemas de signos ou símbolos que transmitem significado do testemunho ao leitor (LEITE, 2001, p 28)”.

A fotografia propiciou um conhecimento mais aproximado do mundo através de sua cópia ou representação. Para Kossoy (1989) o mundo tornou-se portátil e ilustrado. Propiciou também a possibilidade de autoconhecimento e da recordação, de criação artística, de documentação e denúncia graças a sua natureza testemunhal.

A imagem do real retida pela fotografia fornece o testemunho visual e material dos fatos aos espectadores ausentes a cena. [...] é o que resta do acontecido, fragmento congelado de uma realidade passada, informação maior de vida e morte, além de ser o produto final que caracteriza a intromissão de um ser fotógrafo no instante dos tempos (KOSSOY, 1989, p. 22).

Uma fotografia original é assim considerada um objeto-imagem, um artefato no qual pode-se detectar por sua estrutura, as características de uma época. Original, pois, a imagem fotográfica pode ser manipulada e a realidade passada pode ser montada para atender a determinados interesses. Assim a fotografia pode ser considerada apenas uma expressão da verdade.

Neste contexto, de expressão da verdade, a fotografia, juntamente com relatos e desenhos, forma um conjunto de materiais capazes de descrever a vida cotidiana. A fotografia vem complementar algumas lacunas que possam ter ficado na história. Ela dispensa mediações, por isso a criança ou adulto ainda não alfabetizado consegue fazer a leitura da imagem.

A fotografia contextualizada é então de suma importância, pois para quem observa a imagem, fora do contexto a que ela pertence, pode tirar conclusões diferentes ao de seu real significado. Então, o conjunto formado entre a história escrita juntamente com a fotografia é que apresenta o real sentido do objeto-imagem. As fotografias não narram, apenas captam aparências momentâneas, situações e expressões de sentimentos. Kossoy (1989) afirma que “[...] toda fotografia representa em seu conteúdo uma interrupção do tempo e, portanto, da vida. O fragmento selecionado do real, a partir do instante que foi registrado permanecerá para sempre ininterrupto e isolado na bi-dimensão da superfície sensível (KOSSOY, 1989, p. 28).

Na história oral, quando os pais e principalmente os avós contam histórias sobre a família, relatam aspectos sobre as relações parentais. Mas, como afirma Lang (1996) “a história trabalha com a memória e esta pode apresentar falhas. Num relato, há esquecimentos, omissões que podem ou não ser intencionais (LANG, 1996, p. 36)”. A imagem fotográfica então, pode ser usada de duas formas: para reavivar a memória do contador ou como desencadeador de lembranças e associações.

Para Kasso “as famílias constroem uma pseudonarrativa que dá realce a tudo o que foi positivo e agradável na vida com uma sistemática supressão do que foi sofrimento (KOSSOY, 1989 p. 68)”. A partir da pesquisa de Leite (2001) é possível afirmar que a imagem fotográfica na história da família está profundamente ligada aos ritos de passagem, aniversários, batizados, fim de ano, casamentos, enterros, etc. Usada como forma de registrar o ciclo vital o nascimento, a passagem da criança para a fase adulta, de solteiro a casado e de vivo para morto. Ela consegue extrair desse ciclo natural um valor simbólico da seqüência temporal. Rompe com o estético, sem precisar negá-lo.

Através da fotografia reconstituímos nossa trajetória ao longo da vida: o batismo, a primeira comunhão, os pais, os irmãos, os vizinhos, os amores, e os olhares, as reuniões as realizações, as sucessivas paisagens, os filhos, os novos amigos, a cada página novos personagens aparecem, enquanto outros desaparecem das páginas do álbum e da vida. Dificilmente nos desligaremos emocionalmente dessas imagens (KOSSOY, 1989, p. 68).

As fotografias têm assim “significados evidentes, aparentes e latentes, perceptíveis após um primeiro olhar, que lhe referem uma comunicação instantânea, capaz de dispensar mediações (LEITE, 2001, p. 68)”. A iconografia, esse conjunto de imagens serve como fonte principal para o resgate da memória de acontecimentos, experiências.

A fotografia pode ser utilizada como meio de busca da lembrança na criança, a forma de evocar a lembrança. Segundo Kossoy “é a fotografia um intrigante documento visual cujo conteúdo é, a um só tempo, revelador de informações e detonador de emoções (KOSSOY, 1989, p. 16)”. Para BENJAMIN apud KOSSOY, 1989:

[...] afastados ou desaparecidos, o valor de culto das imagens encontra seu último refúgio. Na expressão fugidia de um rosto humano, nas fotos antigas, pela última vez emana a aura. É isto que lhes empresta aquela melancólica beleza, que não pode ser comparada a nada [...] são estes fragmentos interrompidos da vida que por vezes revemos, uma insuperável, por vezes constrangedora fonte de recordação e emoção (BENJAMIN apud KOSSOY, 1989, p. 68).

LEITE diz que no início do século XX “a fotografia permitiu que quase toda gente (não só os mais abastados) pudesse se transformar num objeto-imagem, ou uma série sucessiva de imagens que mantém presentes momentos sucessivos da vida, ou ter presente a memória (LEITE. 2001, p. 75).” Hoje, não é diferente, a fotografia faz parte do nosso dia-a-dia; os equipamentos, cada vez mais modernos, estão disponíveis a uma gama cada vez maior de consumidores.

1.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A MEMÓRIA

A memória guardada, a qualquer momento pode ser evocada. Bérghson (apud BOSI, 2004) afirma que o “passado conserva-se e além de conservar-se, atua no presente”. Essa atuação se dá na forma de duas memórias, a memória-hábito e a imagem-lembrança.

A memória-hábito se adquire a partir da repetição de gestos e palavras, é o exercício diário que forma esse tipo de memória. A memória-hábito é a responsável por guardarmos os movimentos, e a partir desses movimentos lembrados somos capazes de dirigir um carro, escrever, comer ou falar outra língua.

Já a memória chamada por Bérghson de imagem-lembrança, “traz a tona da consciência um momento único, singular, não repetido, irreversível da vida (BOSI, 2004, p. 26)”. Esse tipo de memória “tem data certa: refere-se a uma situação definida, individualizada, não fica evidente de forma mecânica, como os movimentos de dirigir um carro, mas é evocativo, fica somente no subconsciente³ do sujeito

³Subconsciência (ou subconsciente) é um termo utilizado em Psicologia para designar aquilo que está situado abaixo do nível da consciência ou que é inacessível à mesma. Na Psicanálise o subconsciente é uma “consciência passiva”, capaz de tornar-se plenamente consciente (ao contrário do “inconsciente”, cujo conteúdo só pode ser inferido indiretamente através de técnicas de interpretação).

(BOSI, 2004, p. 26)”. Bérqson afirma ainda que seja dessa matéria que são feitos os sonhos e a poesia (BERGSON apud BOSI, 2004).

A memória é para Chauí (2006) uma evocação do passado, uma capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi. São situações e momentos que não retornarão jamais. É a atualização resguardada do passado e o registro do presente para que seja lembrado.

Os componentes que fazem parte dessa memorização são:

Componentes objetivos: as atividades físico-fisiológicas e químicas de gravação e registro cerebral das lembranças, bem como a estrutura do objeto que será lembrado [...]. E componentes subjetivos: a importância do fato e da coisa para nós; o significado emocional ou afetivo do fato ou da coisa para nós; o modo como alguma coisa nos impressionou e ficou gravada em nós; a necessidade para nossa vida prática ou para o desenvolvimento de nossos conhecimentos; o prazer ou a dor que o fato ou alguma coisa produziram em nós, etc (CHAUI, 2006 p.141).

A memória é o sentido ou o significado que foi absorvido por nós, não é a condição e sim a significação que ficou registrada a emoção, as sensações. Para Proust (apud CHAUI, 2006) a memória é a garantia de nossa própria identidade. Uma soma de todas as experiências, o que somos e o que fazemos, é que forma a nossa identidade.

A memória é uma percepção⁴ humana interna chamada de introspecção⁵. Os sujeitos dessa introspecção são as coisas passadas que podem ter sido registradas. A memória seria então “o passado concentrado no presente que cria a natureza humana por um processo de reavivamento e rejuvenescimento (HEGEL apud BOSI, 2004, p. 28)”. A memória tem assim um papel construtor da história individual.

⁴ Percepção é a função [cerebral](#) que atribui significado a estímulos sensoriais, a partir de histórico de vivências passadas. Através da percepção um indivíduo organiza e interpreta as suas impressões sensoriais.

⁵ “A Introspecção é o ato pelo qual o sujeito observa os conteúdos de seus próprios estados mentais, tomando consciência dos mesmos. Dentre os possíveis conteúdos mentais passíveis de introspecção, destacam-se as crenças, as imagens mentais (sejam visuais, auditivas, olfativas, sonoras, tácteis), as intenções, as emoções e o conteúdo do pensamento em geral (conceitos, raciocínios, associações de idéias)”.

1.4 A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA NA INFÂNCIA

Segundo Bowlby (2001) o pensamento de Freud influencia o conhecimento sobre o cuidado com a criança. Freud afirma que “a criança seja o pai do homem e o amor materno seja algo indispensável ao bebê em crescimento”. Institui para a psicanálise que “as raízes de nossa vida emocional mergulham na infância”.

Afirma também que entre os psicanalistas há um consenso de que uma relação estável com a mãe (biológica ou substituta) amorosa durante a infância, e uma evolução de acordo com a necessidade da criança (desmame, noções de higiene, etc.), tem ligação com a personalidade adulta. A formação de uma personalidade bem adaptada passa pelo equilíbrio que deve existir entre iniciativa e autoconfiança e entre a capacidade de buscar e oferecer ajuda quando necessário.

A família seja biológica ou substituta, é fundamental na construção desse equilíbrio. Ela deve propiciar apoio e estímulo, e mesmo na idade adulta, continuar fazendo parte da sua rede social.

As ponderações de Bowlby (2001) sobre o conceito de uma base segura na infância vêm através das pesquisas de Peck e Havighurst (1960), de Murphey (1963) e de Grirker (1962). A partir desses autores Bowlby (2001) afirma que a autoconfiança e a capacidade para confiar em outros são fruto de uma família que ofereça apoio a sua prole, combinado com o respeito por suas aspirações pessoais, senso de responsabilidade e aptidão para lidar com o mundo.

Acumulam-se evidências de que seres humanos de todas as idades são mais felizes e mais capazes de desenvolver melhor seus talentos quando estão seguros de que, por trás deles, existem uma ou mais pessoas que virão em sua ajuda caso surjam dificuldades (BOWLBY, 2001, p. 37).

Nos estudos sobre o desenvolvimento infantil na sociologia, Koenig (1974) afirma que é através das várias experiências vivenciadas em seu dia-dia, ela torna-se socializada. Essa socialização significa o processo pelo qual o indivíduo se torna um membro ativo da sociedade em que nasceu, isto é, comporta-se e age de acordo com os padrões de comportamento convencional em uma sociedade, normas que se

aplicam às questões cotidianas. Então, é no contato com o mundo ao seu redor, seu grupo primário, é que a criança desenvolve a idéia de si própria.

A socialização do individuo acontece através do contato com pessoas e coisas, tudo guardado no que pode ser chamado de lembrança ou memória. Piaget (1995) diz que para Freud estas lembranças se amontoam no inconsciente onde permanecem prontas para a evocação.

1.5 A MEDIDA DE PROTEÇÃO “ABRIGO” E O SIGNIFICADO DE PRESERVAR ESSA MEMÓRIA

O Estatuto da Criança e do Adolescente expressa que a criança e adolescente tem o direito de crescer e se desenvolver dentro de uma família, seja ela biológica ou substituta. Assim sua colocação em instituição de proteção acontece quando essa família após receber atendimento adequado ainda não conseguir proteger a infância e a adolescência, garantindo os seus direitos fundamentais.

Mas é necessário pensarmos sobre o direito que a família tem em cuidar de seus filhos. É claro que o foco é a proteção da criança e do adolescente, e nosso observatório é a família dentro das novas configurações e da crescente exclusão oriunda das expressões da questão social.

Os segmentos mais empobrecidos ficam mais vulneráveis a vários aspectos como o econômico, cultural, psicológico e social, fazendo com que as crianças e adolescentes fiquem vulneráveis e tenham os direitos violados. Assim, a família que deveria proteger seus filhos, acaba por violar os seus direitos fundamentais.

Diante a violação dos direitos da criança e do adolescente por seus pais (biológicos ou substitutos) ou responsáveis, o Estado deve garantir seus direitos e sua proteção.

Historicamente no Brasil, a institucionalização de crianças e de adolescentes era fato comum e medida a ser tomada pelo Estado. A partir da Constituição de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, tem-se uma nova visão e um apelo para criar condições para que a criança ou adolescente se mantenha com a família de origem.

No caso de abrigamento, o abrigo deve ser um espaço de proteção, um lugar onde as crianças se sintam protegidas, um lugar de acolhimento e de sociabilização, que garanta o pleno desenvolvimento da autonomia e da criatividade, mas que não pode ser confundido com um lar.

A estrutura do abrigo deve garantir o direito à saúde, a educação, ao lazer, a convivência familiar e comunitária, de tal forma que seja efetivado todos os direitos dessas crianças abrigadas. Sobre a responsabilidade, sobre o futuro das crianças Carreirão (2005) afirma:

[...] a responsabilidade sobre o presente e o futuro de crianças e adolescentes, através de reordenamento das práticas institucionais e individuais, deve ser partilhada através de relações mais horizontais entre sociedade, os gestores públicos, o Poder Judiciário, o Ministério Público, em que não nega o poder das instituições representadas, mas busca imprimir maior comunicação, troca de informações e subsídios sobre as situações em que se encontram crianças e adolescentes (CARREIRÃO, 2005, p.18).

O Estatuto da Criança e do Adolescente versa sobre a atuação das instituições que abrigam crianças e define em seu Art. 92 inciso I que as entidades e programas devem preservar os vínculos familiares. No caso das crianças abrigadas a única certeza de vínculos familiares é junto aos irmãos, mesmo estando em abrigo ou em abrigos⁶ diferentes. Para Cury (apud Carreirão, 2005 p. 27) a fratria é a única noção de família que resta as crianças institucionalizadas:

Ao sofrimento pelo abandono dos pais acrescia-se a da perda ou separação freqüentemente definitiva dos irmãos. Tudo isso por razões de conveniência organizacional interna de cada instituição. O elo que une os irmãos é a última ligação afetiva que resta para eles, quando perdem os pais, e o Estatuto entende como um desrespeito

⁶ Isso acontece devido à estruturação das entidades que atendem as crianças, de acordo com a faixa etária. No caso da SERTE onde aplico o trabalho o atendimento acontece a crianças de 0 a 6 anos, assim os irmãos acima de 7 anos foram enviados a outros abrigos no momento do abrigamento. Porém, é política da instituição manter a criança abrigada após a faixa etária limite de 6 anos, no caso em que a justiça juntamente com o parecer do Serviço Social da SERTE e dos outros profissionais que atuam junto a essa demanda não tenham dado um desfecho ao processo. Evita-se o seu deslocamento para outra instituição, pois, no entendimento da Instituição isso acarretaria em uma revitimização, mais sofrimento e sentimento de perda a criança.

demasiadamente grande, e até crime, separar os irmãos, se não houver razões suficientemente fortes, para um bem maior da criança, e não da instituição (CURY apud CARREIRÃO, 2005 p. 27).

Gueiros (2005) afirma que a medida de proteção abrigo não pode ser confundida com as medidas sócio-educativas, então o envio de crianças e adolescentes somente deve acontecer depois de esgotadas às possibilidades junto à família de origem ou extensa. O Estatuto garante que o abrigamento é uma medida excepcional e provisória, no entanto Gueiros (2005) afirma também que mesmo o abrigamento sendo uma medida de proteção provisória e excepcional, não está sendo respeitada.

Souza (2006) aponta um outro ponto de vista, em pesquisa realizada com crianças e adolescentes da faixa etária de 6 a 18 anos, afirma que “o princípio da excepcionalidade esteve presente na maioria dos abrigamentos (SOUZA, 2006, p. 152)”, o que não acontece com a faixa etária de 0 – 6, quando a rede de atendimento que deve garantir os direitos das crianças somente é acionada no momento em que já existe a necessidade da retirada da criança da conjuntura de violação de direitos em que ela se encontra.

A questão da excepcionalidade nos casos que envolvem crianças da faixa etária de 0 a 6 anos, observados na demanda atendida no Lar das Crianças “Seara da Esperança”, os abrigamentos acontecem em grande parte por meio de denúncia ao Conselho Tutelar, e somente após a institucionalização da criança, quando foi constatada a impossibilidade de sua continuidade em seu local de origem é que a família é acionada e tem início o acompanhamento.

Carreirão (2005), em sua pesquisa sobre irmãos em abrigos, aponta um dado alarmante que “nem todas as famílias recebem acompanhamento durante o período em que seus filhos estão abrigados e que algumas famílias, ao responderem sistematicamente de forma negativa às orientações e acompanhamentos do programa municipal, são desligadas (CARREIRÃO, 2005, p. 35)”.

Souza (2006) afirma que, do universo pesquisado, “apenas duas crianças ficaram no abrigo por um período menor que dois anos (SOUZA, 2006, p. 154)”. É necessário questionarmos, então, sobre a reabilitação dessas crianças e

adolescentes bem como o comprometimento em sua saúde física, cognitiva e afetiva com um tempo tão longo de abrigamento.

Então, a infância e a adolescência que deveriam ter seus direitos preservados estão sendo negligenciadas, tendo seus direitos violados pelo próprio Estado. Negligência é segundo Wolfe:

[...] a forma mais freqüente de maus tratos. Consiste de atos ou omissões que causem danos psicológicos, cognitivos e físicos à criança, resultado da falha em prover as condições mínimas de sobrevivência e atenção, de necessidades básicas da criança, de afeto, alimentação, educação, supervisão e cuidado. Nesta categoria também, são considerados os casos de violência familiar, uso de drogas, prostituição e os casos de abandono da criança por períodos de tempo significativos sem supervisão adequada, seja em casa ou na rua (WOLFE apud VOLIC, 2005, p. 154).

A partir dessa definição de negligência, podemos observar que em muitos casos as famílias também são negligenciadas pelo Estado. Assim Valente (2007) afirma que “o que vemos constantemente são crianças e adolescentes retratando e escancarando o grito de socorro de famílias que precisam ser cuidadas (VALENTE, 2007, p. 177)”.

As causas para tal violação do direito à convivência familiar e comunitária é um somatório entre morosidade da justiça e a falta de atenção da sociedade e do Estado, e que segundo Klautau (2005) deixa esquecido e no papel o que determina a Constituição de 1988 em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p. 147).

A partir das pesquisas de Motta & Almeida, Klautau (2005) afirma que a ruptura de vínculos familiares e após isso a permanência prolongada de crianças em

instituições, privadas de um cuidado diferenciado e de estímulos apropriados, podem acarretar prejuízos em seu desenvolvimento.

[...] o afastamento inicial da mãe pode desencadear prejuízos de ordem somática, intelectual e emocional. Assim podemos destacar: deixar de sorrir para um rosto humano; deixar de reagir quando alguém brinca com ele; inapetente apesar de bem nutrido; pode não engordar; não dormir bem; não demonstrar iniciativa. Os efeitos secundários: reação hostil à mãe ao reunir-se novamente a ela, pode recusar reconhecê-la; excessiva solicitação da mãe substituta; intensa possessividade acompanhada de insistência em ter as coisas à sua maneira; ligação calorosa, mas superficial com qualquer adulto que se aproxime dela; retraimento apático de qualquer envolvimento emocional, associado a um monótono balançar do corpo, e por vezes, bater a cabeça (KLAUTAU, 2005, p. 46).

Mas é importante ressaltar que essas atitudes, segundo Bowlby (1988), podem ser observadas também dentro da família, onde a mãe priva seu filho de contato mais próximo e abandona a criança emocionalmente sem dar a atenção necessária, e os estímulos necessários ao desenvolvimento. O desenvolvimento da criança é negligenciado.

Reconhece-se então, que o lugar da criança é em sua família (de origem ou substituta) onde possa ter os cuidados mínimos para que tenha um desenvolvimento saudável. Não se tem hoje, por meio do Estado, ações eficazes que fortaleçam a família e a infância. É importante então questionarmos: se a convivência familiar e comunitária deve ser priorizada, quais as ações que devem ser tomadas para o fortalecimento das famílias, para que essas tenham condições dignas para cuidar da infância de seus filhos?

A partir de dados coletados, já existentes na Instituição, sobre a entrada e saída de criança no período de janeiro de 2006 e dezembro de 2008 foi constatado que das setenta e duas crianças que circularam neste período dezessete permaneceram mais de um ano na Instituição. Destas, cinco permaneceram mais de dois anos institucionalizadas. É importante ressaltar que destas cinco crianças, três delas se encontravam na instituição até maio de 2009, expondo-as a mais de três anos de privação do direito a convivência familiar. A tabela 1 mostra o tempo médio de permanência de crianças sob medida de proteção:

Tabela 1 - Circulação de crianças entre 2006 e 2008

Tempo de abrigamento	Número de crianças
Até 1 mês	25
De 1 mês a 6 meses	30
De 6 a 12 meses	5
De 12 meses a 24 meses	7
Acima de 24 meses	5

Fonte: Dados coletados na Instituição Lar das Crianças Seara da Esperança.

Como já foi exposto anteriormente, o artigo 101 do Estatuto em seu parágrafo único, afirma que a medida de proteção “abrigo” é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade (Brasil, 1990). É necessário questionarmos então o que é provisório? E o que significa na vida de uma criança, da demanda de 0 a 6 anos, que é demanda do Lar das crianças Seara da Esperança, essa provisoriedade? O que significa no desenvolvimento emocional e físico os três anos de violação de direito à convivência familiar?

Observando esse quadro de institucionalização de crianças e de adolescentes que não podem voltar a sua família de origem por diversos motivos, a violação de direitos se torna diária, pois a cada dia que estas crianças e adolescentes passam sob a tutela do Estado, menor será a chance de uma inclusão em família substituta.

A possibilidade de uma criança viver em família está, portanto, associada ao tempo que decorre a aplicação da medida de abrigo até a definição por seu retorno à casa da família de origem, à destituição do poder familiar e, às perspectivas e desejos dos candidatos à adoção (CARREIRÃO, 2006, p. 21).

É importante preservar os vínculos criados na instituição, pois em muitos casos a destituição já é fato interrompendo os vínculos com a família de origem; preservar momentos e informações decorrentes de seu desenvolvimento de suas experiências, pois a sua história não inicia no momento da saída da instituição. O resgate da memória dessas crianças e adolescentes é assim uma forma de, minimamente, respeitar a dignidade que já foi em tantos momentos violada.

1.6 PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DO DIREITO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA (PNCFC)

Considerou-se necessário enfocar as novas diretrizes a respeito da convivência familiar e comunitária emanadas do documento a se descrito abaixo, as quais ratificam o Estatuto e produzem algumas inovações necessárias.

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) é regulamentado pelo Estatuto, bem como foi construído a partir de várias normativas⁷, respeitando a hierarquia, para a proteção do direito da criança à convivência familiar.

O Estatuto regulamenta os princípios constantes nas normativas constitucionais e internacionais e “reforça o papel da família na vida da criança e do adolescente como elemento imprescindível dentro do processo de proteção integral (PNCFC, 2006, p. 25)”.

O Governo Federal colocou essa temática como prioridade, formulando e implementando políticas que estejam articuladas com os programas que atendem essa demanda. O Plano segue na direção da manutenção dos vínculos familiares e comunitários, rompendo com a cultura da institucionalização de crianças e adolescentes.

A manutenção dos vínculos familiares, como já foi afirmado, é fundamental para a estruturação das crianças e dos adolescentes como sujeitos e cidadãos.

A partir da Constituição de 1988 a família é considerada em seu artigo 226 “a base da sociedade, tem especial proteção do Estado”. O entendimento sobre a família, sua formação, estão, nos incisos 3º e 4º que dizem:

⁷ Constituição Federal de 1988, Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada pelo Brasil em 24 de setembro de 1990, Declarações sobre os Direitos da Criança (1924/1959), Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948), Pacto de São José da Costa Rica (1969), Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966, ratificados em 1992), Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças (ratificado pelo Brasil em 2004) e o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança Referente à Venda de Crianças, à Prostituição Infantil e à Pornografia Infantil (ratificado pelo Brasil em 2004).

§ 3º - Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º - Entende-se, também, como entidade familiar, a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes (CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 1988).

Assim os grupos de irmãos não são considerados como família, mas é necessário ressaltar que no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) sugere que não se separe o grupo de irmãos no caso de adoção.

O PNCFC (2006) vem expandir essa concepção de família que deve ser pensada a partir da consangüinidade, aliança e de afinidade. Assim muitas pessoas podem ser consideradas da família, mesmo que não estejam convivendo no mesmo domicílio: Irmãos, meio-irmãos, avós, tios, primos de diversos graus. O cotidiano das famílias é permeado de vários tipos de vínculos, sem que tenham um caráter legal, apenas simbólico e afetivo, mas que em muitos casos, essa rede é fundamental para a família, pois estão envolvidos em sua dinâmica diariamente.

O PNCFC aponta novas diretrizes no atendimento à criança e ao adolescente e a questão do convívio familiar e comunitário. **A centralidade ao atendimento deve ser voltado à família**, cumprindo assim o que se expressa no artigo 226 da Constituição Federal: “a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”. O Estado, então, deve segundo o PNCFC (2006), dar apoio às famílias em situação de vulnerabilidade para que essas consigam superar as dificuldades nas questões sócio-culturais, materiais, simbólicas e afetivas.

O Estado é responsável em oferecer “serviços adequados e suficientes à prevenção e superação das situações de violação de direitos, possibilitando o fortalecimento dos vínculos familiares e sócio comunitários (PNCFC, 2006, p. 64)”. Então o Estado deve dispor de uma rede de atendimento que garanta o acesso aos serviços básicos tais como educação, saúde, geração de trabalho e renda, cultura, esporte, assistência social, entre outros. O apoio a famílias em situações de vulnerabilidade específica como portadores de HIV, doenças crônicas, transtornos mentais, dependência química, desemprego, pobreza ou miséria, pessoas com deficiência, etc, deve garantir que a família seja potencializada para garantir a proteção e o desenvolvimento da autonomia.

A família deve ser reconhecida, dentro de sua especificidade, como capaz de se organizar a fim de superar os desafios impostos a ela com o apoio do Estado e das políticas públicas de proteção, respeitando os seus valores e crenças, apontando soluções adequadas a cada contexto.

A diversidade dos arranjos familiares e as diferenças étnico-raciais e sócio-culturais devem ser observadas e respeitadas, “o respeito à diversidade deve estar em consonância com uma ética capaz de ir além de padrões arraigados que violam direitos (PNCFC, 2006, p. 66)”. O atendimento deve ocorrer por profissionais habilitados, capazes de lidar com as peculiaridades existentes. Observando o princípio da não discriminação e levando em conta as orientações sexuais e de gênero.

Dentro da perspectiva de que a criança e o adolescente são sujeitos em desenvolvimento e deve ter seus direitos básicos garantidos, eles devem ser **estimulados à participação nas políticas públicas em busca de alternativas, a um melhor atendimento e que proporcionem o fortalecimento da autonomia e da construção de projetos para o futuro**. Os adolescentes institucionalizados, principalmente, que tiveram esgotadas as possibilidades de retorno à família de origem e que “tem reduzidas às possibilidades de colocação em família substituta, face às dificuldades de se encontrar famílias para os mesmos (PNCFC, 2006, p. 66)”. O Estado deve garantir a estas políticas públicas que consigam estimular a criatividade no campo da ciência, arte, cultura, esporte e a formação de lideranças infanto-juvenis.

A institucionalização de crianças e de adolescentes só deve ocorrer em situações em que estejam desprotegidas ou sob o risco de terem o seu desenvolvimento saudável afetado. Isso ocorrerá somente após a avaliação técnica por uma equipe interdisciplinar fundamentada teoricamente e articulada com a Justiça da Infância e Juventude e do Ministério Público, **garantindo a excepcionalidade da medida de proteção** (institucionalização ou família acolhedora) e evitando a separação brusca, longa ou desnecessária. Quando a medida proteção “abrigo” for realmente necessária **todos os esforços devem ocorrer para que a reintegração da criança e do adolescente a sua família de origem garantindo a provisoriedade da medida de proteção**. A destituição só deve ocorrer depois de esgotadas às possibilidades de retorno à família de origem.

Reordenamento dos programas de Acolhimento Institucional significa reorientar as redes pública e privada que atuam como medida de proteção na modalidade "abrigo" em direção ao paradigma que não vê a criança e o adolescente isoladamente, mas, a família como unidade básica. Para este reordenamento devem ocorrer algumas ações como: mudança da sistemática de financiamento; qualificação dos trabalhadores dessas instituições; estabelecimento de indicadores qualitativos e quantitativos para a avaliação dos programas; formulação de metodologias de trabalho com as famílias; prevenção do abandono e potencialização das competências das famílias; adequação do espaço físico ao número de crianças e de adolescentes atendidos; adequação do espaço às normas de acessibilidade, e a articulação das instituições aos programas de garantia de direitos.

Como se pode ver o PNCFC quer maximizar o cuidado com a subjetividade da criança. O resgate da memória, nos espaços institucionais, contribuem para tal, auxiliando na construção da identidade e da história de cada criança.

Esse reordenamento deve ser norteado pelos seguintes objetivos: prevenção à ruptura de vínculos; fortalecimento dos vínculos; acompanhamento em fase de adaptação; articulação entre as instituições e a Justiça da infância e da Juventude acompanhando casa a caso; e nos caso de encaminhamento à família substituta deve-se ter uma "intervenção qualificada para a aproximação gradativa e a preparação prévia da criança, do adolescente e dos pretendentes, bem como acompanhamento no período de adaptação (PNCFC, 2006, p. 68)".

No caso de envio à **adoção, a ação deve ser centrada no interesse da criança e do adolescente**, garantindo o direito desta de crescer em uma família onde lhes será assegurada a condição de filho. Deve haver uma busca para que a adoção consiga suprir os desejos e prioridades das crianças e adolescentes bem como os desejos e prioridades dos adotantes.

A **fiscalização das políticas públicas** deve ocorrer através da sociedade civil que deve exercer este poder fiscalizador a partir dos Conselhos Setoriais de políticas públicas e dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas respectivas Conferências.

A partir dessas diretrizes o PNCFC quer garantir as crianças e adolescentes vítimas de negligência ou de qualquer tipo de violência, um desenvolvimento saudável e que garanta a eles uma proteção integral.

1.7 A FRATRIA E SUAS IMPLICAÇÕES

Meynckens-Fourez faz uma abordagem sistêmica do tema família, compreendendo-a como um sistema complexo que vincula seus membros, onde existe uma organização e uma interação entre todos os membros desse sistema. A fratria é uma parte desse sistema. São pessoas levadas a conviver juntas sem que ocorra escolhas, e estas “relações fraternais costumam ser as mais longas da vida das pessoas (MEYNCKENS-FOUREZ, 2000)”. Este convívio traz experiências de cumplicidade e rivalidade, nela é que se aprende a administrar nossa agressividade. E é com os irmãos que normalmente trocamos segredos, que temos maior liberdade de expressão.

Irmãos e irmãs se utilizam mutuamente como bodes expiatórios, sobre os quais projetam uma hostilidade cuja manifestação perante os outros seria demasiado perigosa: os professores podem punir e mandar embora da escola; os pais podem exercer a disciplina, punir, privar de sua afeição; os amigos rejeitá-los. Os irmãos e irmãs, porém são alvos excelentes (MEYNCKENS-FOUREZ, 2000, p. 20).

Nos grupos de irmãos, as crianças apóiam-se reciprocamente no enfrentamento de dificuldades, em momentos de transição ou situações de *stress* (morte, separação, etc), mesmo que um adulto esteja acompanhando.

Aponta dois tipos fundamentais de relações: a simétrica e a complementar. As relações simétricas colocam os sujeitos em igualdade. Quando há disputa entre eles, cada sujeito vai tentar evidenciar sua superioridade. Nas relações complementares um sujeito complementa o outro, estes sujeitos estão níveis diferenciados, pode existir uma relação de dominante e dominado, ou até mesmo uma relação de submissão.

Segundo Meynckens-Fourez (2000) as pesquisa de W. Toman (1976) mostraram que a relação entre os irmãos e a posição que cada um ocupa dentro do

grupo tem influência na vida relacional e afetiva de todas as pessoas. Os relacionamentos conjugais têm influência direta desse processo de aprendizado dentro do grupo.

Nos grupos de irmãos cada um exerce um papel específico, normalmente determinado pela ordem do nascimento: o primogênito, o/os irmãos do meio e o caçula.

O primogênito é o que transforma o casal em pais e leva-os a exercer esta nova atividade, coloca limites, impõem novas regras a família. O primogênito nasce com a tarefa de construir vínculo com sua família extensa. Meynckens-Fourez (2000) expõe que “antigamente, ele recebia a herança, o direito à primogenitura. Hoje, ele continua a ser sensível às delegações de poder, ao recebimento dos legados afetivos, à transmissão de valores familiares. Às vezes ele acaba ‘vítima’ dos ideais familiares que certos pais exprimirão justamente durante a adolescência de seu primogênito (MEYNCKENS-FOUREZ, 2000, p. 29)”.

É ele que abre as portas, traz novas experiências para os pais, tanto por seu desenvolvimento, como também com as novas idéias que insere na família. Não está acostumado a dividir suas coisas e seus pais, por isso reage energicamente à chegada de seu primeiro irmão.

Para o segundo filho as portas já estão abertas. Vai apoiar-se muito no primogênito, mesmo que este o trate mal. Pode ter dificuldade sobre com quem se identificar com os pais ou com o irmão mais velho. Para os pais a chegada do segundo filho não ocasiona muitas mudanças na dinâmica, relações e regras. Esta posição de filho do meio pode trazer algumas frustrações, pois em sua posição pode não conseguir atrair a atenção para ele, por outro lado, ocupando essa posição ele pode aprender a negociar, bem como desenvolver uma capacidade de mediação entre os irmãos.

Em alguns casos o segundo filho pode tomar o lugar do primogênito, torna-se um primogênito funcional. Isso pode ocorrer tanto quando ele se destaca por seu talento, ou quando o filho mais velho fica doente.

O irmão caçula fecha as portas, habitua-se normalmente a ser protegido e acarinhado pelos demais, e apóia-se nos irmãos mais velhos. Pode ser dependente ou assumir uma postura “rebelde, ambicioso, reforçado por todos os modelos

recebidos dos mais velhos (MEYNCKENS-FOUREZ, 2000, p. 26)". Em muitos casos não será fácil para ele deixar a casa dos pais, pois este ocupa uma posição singular no coração dos pais.

Na ausência da fratria, figura o filho único. Ele tem todas as vantagens, mas também todas as desvantagens. Ele é o primogênito e o caçula, tem os pais somente para ele, mas será o único a receber as expectativas da família. Quando criança saberá lidar muito bem com outros adultos, a fim de conseguir o que ele quiser. Não terá oportunidade de aprender a negociar ou de brigar com seus irmãos. Poderá estar menos preparado para uma vivência com seus pares, compartilhar para ele será mais doloroso bem como as rivalidades ou frustrações.

Mais tarde é ele que assumirá o gerenciamento da saúde dos pais "sem ter a possibilidade de apoiar-se em um irmão ou irmão, nem de zangar-se com eles (MEYNCKENS-FOUREZ, 2000, p. 26)".

Uma situação particular é a dos gêmeos, normalmente muito unidos, procuram formar juntos amigos e em alguns casos procuram juntos seus cônjuges. Mas pode ocorrer o inverso e existir uma relação complementar (dominante e dominado), alguma diferença pessoal pode ser aumentada.

A importância das relações fraternas aparece no momento de uma mudança fundamental na estrutura da fratria; casamento, morte, divórcio de um irmão ou uma irmã, hospitalização. Certas crianças se descompensam nestas ocasiões. Às vezes, um irmão ou uma irmã perde seu melhor confidente, ou vê partir aquele que lhe dava mais atenção, ou que assumia um pouco a função de "escudo" entre ele e os pais. O sub-sistema 'fratria' vai redistribuir o jogo (MEYNCKENS-FOUREZ, 2000, p. 20).

Dentro da perspectiva da criança sob medida de proteção, estas especificidades dos grupos de irmãos são potencializadas, o apoio mútuo fica mais evidente, a proteção, a cumplicidade toma proporções maiores.

Na dinâmica de abrigamento e ou no momento do envio à famílias substitutas as crianças pertencentes a grupos de irmãos podem ser separadas. A questão do abrigamento a faixa etária ou o número de vagas disponíveis nas instituições pode dividir o grupo de irmãos. A questão do envio à família substituta também pode

ocasionar a divisão da fratria, devido ao desejo e a possibilidade das famílias dispostas a dar um lar a essas crianças.

2 DESCRIÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

2.1 CONTEXTO INSTITUCIONAL: LAR DAS CRIANÇAS SEARA DA ESPERANÇA

O Lar das Crianças Seara da Esperança tem capacidade de atender, em medida de proteção abrigo, a 20 crianças entre zero e 6 anos⁸, garantindo seus direitos fundamentais conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente – direito à vida e à saúde, à liberdade, ao respeito e à dignidade, à convivência familiar e comunitária, à educação e à cultura, ao esporte e ao lazer entre outros. Essas crianças tiveram os seus direitos violados, geralmente por parte de seus familiares, e com isso permanecem no abrigo até que os motivos que as levaram ao abrigamento sejam solucionados, ou então, que a justiça defina a destituição do poder familiar, para serem encaminhados à adoção, quando possível.

Referente à medida de proteção abrigo o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece no artigo 98º e no 101º:

As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

- I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
- III - em razão de sua conduta.

Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

- I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;

⁸ Estas informações referentes ao Lar das Crianças e ao Serviço Social foram retiradas do documento que diz respeito às atribuições do Serviço Social dentro da SERTE e construído pela Assistente Social do Lar das Crianças, Fernanda Luz Maciel, e Assistente Social do Lar dos Velhinhos, Jadina Ceccone.

- IV - inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- VII - abrigo em entidade;
- VIII - colocação em família substituta.

Parágrafo único. O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.
(Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990, Art. 98º).

Como o previsto no artigo 101º do Estatuto da Criança e do Adolescente, a SERTE procura estabelecer com o Juizado da Infância e Juventude, Ministério Público, Conselhos de Direito, Conselhos Tutelares e programas de apoio sócio-familiar, um entendimento e uma comunicação única em relação aos processos judiciais de cada uma das crianças abrigadas, a fim de que a permanência no abrigo seja a mais rápida possível.

No que diz respeito ao perfil dos abrigados verificou-se, a partir da década de 90, a incidência maior de meninos, de crianças brancas e de grupos de irmãos. Além disso, observou-se o aumento de crianças com pais dependentes químicos e que muitos dos genitores possuíam um alto grau de agressividade.

Também pretende-se manter a criança abrigada após a faixa etária limite de 6 anos, em casos em que a Justiça juntamente com o parecer do Serviço Social da SERTE e de pareceres de outros profissionais que atuam junto a esse público alvo, não tenham dado um desfecho ao processo. Evita-se, assim, o seu deslocamento para outra instituição, pois, no entendimento da Entidade, essa medida acarretaria mais sofrimento e sentimento de perda. .

O Lar das Crianças possui toda uma estrutura que busca atender as crianças abrigadas, a partir dos princípios previsto no artigo 92º.

As entidades que desenvolvam programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios:

- I - preservação dos vínculos familiares;
- II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;
- III - atendimento personalizado e em pequenos grupos;

IV - desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;
V - não desmembramento de grupos de irmãos;
VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
VII - participação na vida da comunidade local;
VIII - preparação gradativa para o desligamento;
IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo.
Parágrafo único. O dirigente de entidade de abrigo e equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito.
(Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990, Art. 92º).

Esta estrutura garante o direito à saúde, à educação, à convivência familiar e comunitária, ao lazer, de tal forma que sejam efetivados todos os direitos dessas crianças abrigadas. Para isso, a instituição utiliza as políticas públicas voltadas à saúde, à educação, à assistência social. Entretanto, em função da precariedade em que se encontra o Sistema de Proteção Social Brasileiro, é preciso, em muitos momentos, recorrer ao auxílio de voluntários e de outras organizações não governamentais, para que seja possível suprir as necessidades deste público alvo.

A Entidade busca preservar os vínculos familiares através de ações sistemáticas que viabilizem um ambiente adequado para a visita, em que a família e a criança não tenha interferência de terceiros, que possa resgatar os vínculos fragilizados, respeitando as especificidades de cada arranjo familiar e o contexto social no qual está inserida. Ou seja, tenta-se orientar a família em relação às questões legais do processo de abrigamento, tentando assegurar a convivência familiar.

O Serviço Social do Lar das Crianças tem como objetivo proporcionar às crianças abrigadas a preservação dos vínculos familiares por meio da intervenção junto às questões legais do processo de abrigamento. Assim, o trabalho com as famílias se pauta na desmistificação institucional, desenvolvendo a idéia de que o abrigo é um espaço transitório, admissível apenas provisoriamente para proteger crianças em situação de risco até que seja possível a reintegração familiar. Busca-se reinvestir a família de responsabilidade pela educação, respeito e vida de seus filhos, de forma a mobilizá-los a alcançar sua autonomia, deixando de ocupar um papel passivo frente à institucionalização da criança.

Procura-se, a garantia dos direitos das crianças sob medida de proteção, para que estas consigam desenvolver-se cognitivamente, social e fisicamente de forma saudável e sem prejuízos futuros.

2.2 DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

A partir da vivência na Instituição, Lar das Crianças Seara da Esperança, que abriga crianças de 0 a 6 anos, surgiu o interesse de realizar um trabalho junto às crianças abrigadas, que desse ênfase à construção sócio-histórica da vida de cada uma delas.

Em uma das supervisões de campo, dentre as bibliografias repassadas, tivemos contato com o material do Instituto Fazendo História, “Guia de ação para abrigos e colaboradores”. Esse material despertou-nos o interesse em desenvolver um projeto que permitisse preservar as recordações, momentos e eventos das crianças sob medida de proteção. Consistiria no registro das atividades e do cotidiano das crianças, um pouco da personalidade de cada uma, de suas preferências, seus medos, entre outros aspectos, cujo produto final seria um álbum.

No prefácio do Guia, Clarissa Temer, uma das gestoras do projeto, expõe um pouco de sua história:

Já minha mãe, se responsabilizava em contar uma outra história [...]. Essa era a minha história. E por ser minha, era tão desejada quanto temida. Não era mais sobre gatos, cavalos ou peixes que eu me perguntava, mas sobre [...] o meu lugar em minha família e no mundo. Tenho certeza de que essas histórias, reais e fictícias, foram fundamentais na minha formação e nos sonhos que ainda menina, projetei para o meu futuro (GUIA, TEMER, 2007, p. 5).

Surge então o primeiro questionamento: Quem conta a história das crianças abrigadas? O apego afetivo da criança no tempo de institucionalização é outro ponto de questionamento. Os vínculos criados na instituição com as outras crianças, cuidadoras e outros adultos com quem convivem, são referências importantes que elas levam seja para a família de origem seja para a substituta.

A proposta do “Guia de ação para abrigos e colaboradores” refere-se a uma construção individualizada, mas devido ao grande número de fratrias, e ao estágio cognitivo das crianças, utilizamos uma dinâmica diferenciada, na qual o grupo de irmão decidiu se o álbum seria individual ou em grupo. Leva-se em conta que a fratria é o vínculo afetivo mais presente na vivência institucional da criança.

Para Alexandre (2004) “dizer que uma criança tem apego por alguém significa que ela está fortemente disposta a buscar proximidade e contato com uma figura específica, principalmente quando está cansada, assustada ou doente (ALEXANDRE, 2004)”. O registro desses vínculos é importante para que a criança leve para sua família de origem ou substituta uma lembrança da experiência na instituição que fez parte de sua trajetória.

Segundo o Guia (2007) a criança precisa de testemunhos (uma foto, a fala dos adultos) para recuperar essa fase que faz parte de sua história/identidade. Os pais e familiares costumam desempenhar esse papel, mas, na sua ausência, é importante oferecer uma alternativa para que parte dessa história não desapareça.

O abrigo deve ser um espaço de proteção, um lugar onde as crianças se sintam protegidas, um lugar de acolhimento e de sociabilização, que garanta o pleno desenvolvimento da autonomia e da criatividade. Os vínculos ali criados não podem simplesmente desaparecer no momento do desabrigo. As experiências nesse espaço fazem parte do crescimento e da construção da identidade de cada criança. “A infância é constituída por uma sucessão de períodos, cada um com suas particularidades próprias: o crescimento é um fenômeno contínuo, cada etapa preparando para a seguinte, da qual é separada freqüentemente, por limites pouco nítidos (O DESENVOLVIMENTO, 1973, p. 3)”.

Portanto, o projeto de intervenção de estágio teve como objetivo geral garantir à criança abrigada no Lar das Crianças Seara da Esperança, um registro de suas atividades, momentos marcantes e afetos, para que, na sua saída da instituição, leve consigo esse registro de suas vivências, em sinal de respeito à sua dignidade.

Os objetivos específicos do projeto foram:

- ✓ assegurar o respeito à dignidade da criança como indivíduo em desenvolvimento registrando sua passagem na Instituição;

- ✓ estimular o vínculo entre os irmãos neste abrigo e os que estão em outros por meio de fotografias, visitas e cartas;
- ✓ realizar atividades lúdicas com as crianças, como instrumento que permitam colaborar com o registro da sua história;
- ✓ construir um álbum contando a história de cada criança;
- ✓ registrar as atividades por fotos contextualizadas, desenhos, textos, poesias, e frases.

Os procedimentos operacionais com a participação das crianças consistiram na realização de encontros com duração de uma hora, individualmente ou com os grupos de irmão. A escolha se o álbum seria individual ou em grupo aconteceu na primeira abordagem. Nestes encontros, foram realizadas atividades lúdicas como: leituras, desenhos e brincadeiras; essas atividades ajudaram a subsidiar o material a ser utilizado na construção do álbum.

O álbum foi estruturado seguindo a sugestão do Guia de ação para abrigos, mas com as adequações segundo a demanda da instituição:

A - Dados da criança: nome, data e nascimento, seu modo de ser (brincadeiras preferidas, gostos, preferências, qualidade, fragilidades e potencialidades), momentos marcantes da vida da criança;

B – Dados sobre o abrigo: nome, telefone, endereço, fotos dos lugares preferidos do abrigo, fotos (cuidadoras, das demais crianças, de visitas familiares, passeios externos, voluntários), relatos e depoimentos das cuidadoras, dos melhores amigos, das atividades do abrigo, desenhos e relatos de como cada um se vê;

C – Dados sobre a escola: nome e endereço, nome dos professores, série que cursa, atividades desenvolvidas na escola, passeios e festas, matérias preferidas, amigos da escola;

D – Perspectivas para o futuro: projetos a curto prazo, sonhos, perspectiva de desabrigamento.

A construção do álbum respeitou a individualidade de cada criança, sua singularidade e a história de cada um. No primeiro contato, as crianças receberam um álbum totalmente em branco, e a partir daí foram auxiliadas na construção do mesmo. A estagiária de Serviço Social é a mediadora dessa construção, auxiliando

tanto na colagem das figuras e fotos, como na contextualização das situações que as crianças gostariam de lembrar. O término desse registro será somente no momento da saída da criança da instituição, pois não há previsão de saída e da maioria dos destinos, se será o retorno à família de origem ou o encaminhamento a uma família substituta.

Na construção do álbum foram observadas as especificidades de cada criança, as quais ocasionaram processos diferenciados. Foi necessário abordá-las singularmente, a partir do entendimento sobre a preservação dos vínculos e do estágio cognitivo das crianças. Surgiram assim quatro categorias que ordenaram a descrição das atividades:

- ❖ Crianças de 0 – 3 anos sem fratria no abrigo;
- ❖ Crianças com deficiência de 0 – 8 anos;
- ❖ Crianças de 3 – 6 sem fratria no abrigo e
- ❖ Crianças de 0 – 8 anos com fratria no abrigo.

Tabela 2 – Quantidade de álbuns construídos

Categorias	Número de crianças	Número de álbuns construídos	Número de álbuns entregue
Crianças de 0 – 3 anos sem fratria no abrigo;	4	4	0
Crianças de 3 – 6 sem fratria no abrigo;	4	4	1
Crianças de 0 – 8 anos com fratria no abrigo	10	4	1
Crianças com deficiência de 0 – 8 anos	2	2	0
Total	20	14	2

Fonte: Dados da autora.

O projeto atingiu a todas as crianças abrigadas no período de fevereiro a maio de 2009, cuja faixa etária se estendesse de 0 a 8 anos, ou seja, vinte crianças sob medida de proteção. Foram construídos quatorze álbuns até o momento sendo quatro para crianças de 0 – 3 anos sem fratria no abrigo, dois para as crianças com deficiência, quatro para crianças de 3 – 6 sem fratria no abrigo e quatro para grupos

de irmãos. Foram entregues apenas dois, para crianças que foram encaminhadas a famílias substitutas.

O trabalho com as crianças teve início com a construção e preparação do material que foi usado na construção do álbum, bem como nos encontros com as crianças. O álbum em si é construído de papel Kraft, por ser um material resistente e também de baixo custo. A decoração é feita de recortes também de baixo custo. O tamanho do papel é do tamanho de uma folha A4, podendo ser substituído se houver necessidade.

Esse ponto foi levado em consideração, pois, mesmo com uma condição financeira mais deficitária, as crianças e suas famílias (de origem ou substitutas) podem dar uma continuidade. As crianças podem continuar a guardar a sua história, com desenhos ou relatos.

As atividades realizadas, conjuntamente com as crianças para a construção do álbum, foram registradas em diário de campo, como parte do instrumental técnico-operativo do Serviço Social, registrando assim, os acontecimentos e intercorrências das atividades. Para que possamos apresentar as situações de forma integral, os nomes das crianças foram trocados para preservar sua identidade.

2.2.1 Crianças de 0 – 3 anos sem fratria no abrigo

Até os três anos a criança desenvolve principalmente sua memória hábito, quando aprende a sentar-se, comer, engatinhar, andar, etc. Tem início o aprendizado da linguagem: a criança começa a realçar as diferenças das palavras, mesmo que ainda não fale. Esse aprendizado, antes da fala pode levar até dois anos para acontecer. Após os dois anos é que começa o período de socialização, de descobrir o mundo ao seu redor e de construção de relações afetivas. O desenvolvimento cognitivo apenas inicia (CADERNOS DE EDUCAÇÃO, 1973).

A partir dessa visão da criança, a construção do álbum para essa faixa etária foi elaborada mais próxima a uma iconografia. Neste conjunto de imagens foi registrado principalmente o desenvolvimento físico ocorrido durante o tempo que permanece na instituição, foram usados fotografias e indicadores de peso e altura e

algumas atividades lúdicas. Abrangeu quatro crianças com idades entre um mês e dois anos.

O início da atividade de construção do álbum foi ritualizado com a colocação da marca da mão e em alguns casos do pé da criança (apêndice 1). Este procedimento serviu para mostrar de forma lúdica, um tempo que não retornará mais, seu crescimento, que nessa faixa etária acontece com muita rapidez.

Outra atividade, esta realizada pelos funcionários, foi a construção de uma página que relatasse os vínculos desses profissionais (cuidadoras, auxiliar de enfermagem, psicóloga, assistente social, etc) com as crianças. Em página específica, colocaram a forma carinhosa com que se dirigem às mesmas.

Em alguns momentos a iconografia mostra momentos peculiares como as brincadeiras e estímulos com as cuidadoras, os momentos de alimentação, para as meninas a colocação de seu primeiro brinco, bem como o registro de seus primeiros passos, momentos que com certeza são marcantes no desenvolvimento da criança.

Kossoy enfatiza a importância da imagem fotográfica como um “testemunho visual (KOSSOY, 1989, p. 22)”, em que pessoas ausentes ao momento, ou a criança ainda muito pequena, podem ter acesso. Estes momentos, quando no seio de uma família são registrados e contados pelos pais, tios e tias, avós; já as crianças institucionalizadas não terão esse relato, mas poderão ter uma noção com esse “fragmento congelado (KOSSOY, 1989, p. 22)” do início de sua história.

Inicialmente seriam três crianças que fariam parte do contexto de construção desta categoria, pois, a categoria incluiria apenas as crianças com idade até dois anos, mas a partir de uma tentativa frustrada para construir o álbum junto a uma criança desta idade, a incluímos nesta categoria, pois, seu estágio cognitivo está em início de desenvolvimento. Este fator tornou inviável a construção de outra forma a não ser a de iconografia. Essa tentativa de construção foi registrada em diário de campo que segue abaixo:

“18-03-09

Primeiro contato com Augusto (2 anos). Este primeiro encontro será para a apresentação do trabalho e obter o aceite ou não da construção do álbum. Como Augusto é muito pequeno, não faremos o encontro na brinquedoteca, mas na sala, para tentar perder a atenção dele pelo tempo necessário.

Fomos buscá-lo no Educandário, avisamos a coordenação e sua professora. Ao chegarmos ao local mostrei a Augusto um álbum já iniciado e perguntamos se ele gostaria de fazer um como aquele, tendo respondido que sim. Primeiro passo foi dado: ele quer ou aceitou fazer o álbum.

Pedimos para Augusto escolher uma das cores de tinta, e ele escolheu a cor vermelha. Explicamos a ele o que faríamos, que seria a colocação da marca de sua mão no papel, e deu-se início ao processo. Infelizmente não conseguimos obter a marca de sua mão. Ele adorou mexer na tinta, mas com o mínimo descuido ele já direcionava a tinta à boca. Tentou-se colocar sua mão no papel, mas ele não deixou.

Fomos ao lavatório lavar as mãos. Tentamos, então, fazer o contorno de sua mão com caneta colorida, mas também não aceitou. Após algumas tentativas percebemos que não seria viável, e encerramos a atividade.

Avaliação

A atividade transcorreu com muita dificuldade, pois Augusto é muito pequeno e a construção do álbum, a atividade apresentada a ele é muito abstrata para a idade da criança. Decidimos então construir o álbum, mas da mesma forma dos bebês, sem a sua participação efetiva, pois a fase de seu desenvolvimento ainda não permite sua atuação como sujeito que construirá o álbum”.

Conforme informado anteriormente, a construção dos álbuns iniciou no mês de fevereiro de 2009, e das quatro crianças de 0 – 3 anos, sem fratria, com quem iniciamos a construção dos álbuns, todas continuam na instituição.

A rotina das instituições de abrigamento prioriza o atendimento das necessidades (saúde, educação e saúde), sob a alegação de provisoriedade e excepcionalidade nas decisões judiciais. No entanto, para 55,2% (IPEA; CONANDA, 2003) a passagem não é transitória e varia entre sete meses e cinco anos de institucionalização (SAVI, 2008, p. 12).

A partir disso, é importante ressaltarmos novamente que “a possibilidade de uma criança viver em família está, portanto, associada ao tempo que decorre a aplicação da medida de abrigo (CARREIRÃO, 2005, p. 21)”. A possibilidade de retorno à família de origem de forma salutar e tranqüila, ou encaminhá-la a uma família substituta é inversamente proporcional ao tempo de institucionalização.

2.2.2 Crianças com deficiência de 0 – 8 anos

A construção dos álbuns das crianças com deficiência tomou uma forma iconográfica, como as crianças menores de três anos, mas com algumas especificidades. Como o seu desenvolvimento físico já está mais lento, pois essas crianças têm entre seis e oito anos, e o desenvolvimento cognitivo possui comprometimento, não é possível compor atividades lúdicas. O registro fotográfico é realizado de forma mais esporádica.

Além da página realizada pelos funcionários, relatando os vínculos desses profissionais (cuidadoras, auxiliar de enfermagem, psicóloga, assistente social, etc) com as crianças, foi construída uma página de seus ex-professores (Educandário Lar de Jesus) relatando seu convívio, sua experiência com elas (apêndice 2). Uliano, em pesquisa realizada em 2007, nos dá uma dimensão das crianças com deficiência nos abrigos:

As crianças e adolescentes abrigados em Florianópolis com processo no Juizado da Infância Juventude totalizam 154 [...] 30 tiveram os pais destituídos do poder familiar, estando assim em condições de adoção. Destas 30 crianças e adolescentes, dois irmãos estão em aproximação com família substituta e quatro crianças/adolescentes permanecem abrigadas em razão dos pais estarem recorrendo da sentença. As demais crianças/adolescentes que permanecem abrigadas são maiores de 10 anos e/ou portadoras de necessidades especiais (físicas/mentais) (ULIANO, 2007, p. 45).

A construção do álbum das crianças com deficiência, a princípio, não tem a finalidade de ser entregue a pais substitutos ou ao retorno a família de origem, pois, as crianças participantes já não estão mais sob o poder da família e a possibilidade do encaminhamento a uma família substituta é remota. O álbum será o registro, não unicamente pelos documentos de saúde ou do Serviço Social, mas o registro informal, lúdico da passagem dessas crianças pela instituição.

Uma dificuldade encontrada para a construção desses álbuns foi a falta de registros fotográficos antigos, pois as crianças estão na instituição há mais de cinco anos e são poucos os registros. O álbum então ficará desfavorecido de uma iconografia mais antiga.

2.2.3 Crianças de 3 – 6 sem fratria no abrigo

A partir dos três anos de idade a criança tem seu desenvolvimento motor aperfeiçoado. Com esta idade ela já consegue dizer seu nome, descreve uma figura, utiliza pronomes, artigos e questiona “quando” e “porque”. Sua linguagem já está mais organizada e consegue se diferenciar dos outros. Com o uso de pronomes desenvolve ainda mais o aspecto afetivo e social bem como a imagem que tem de si mesma. A oposição da criança faz com que ela faça contrário do que foi proposto. Por isso, usa tanto o “não” que tem a função de proteger sua personalidade da invasão dos adultos. Nesta idade tem início as brincadeiras em grupo, o alargando seu universo e início de uma rede de relacionamentos (CADERNOS DE EDUCAÇÃO, 1973).

Segundo a mesma fonte, aos quatro anos o seu vocabulário se enriquece, seus objetivos já estão ligados à palavra e aperfeiçoa-se o sentido de grande e

pequeno, sabe diferenciar o maior do menor. A partir daí a linguagem já é manejada mais facilmente, mesmo que com pequenos erros típicos do linguajar infantil.

Já com um estágio de desenvolvimento cognitivo mais evoluído, a criança conseguirá fazer pequenas escolhas. A atividade de construção do álbum para essa faixa etária teve a efetiva participação das crianças para que elas se sentissem construtoras da sua história.

O primeiro encontro teve como temática o aceite ou não da participação no projeto. A princípio, explicou-se o que é um álbum e qual o seu propósito. Foi esclarecido que é uma construção deles (de cada criança) e que será levado com eles na sua saída da instituição. Inicialmente, o número de crianças abordadas para participação, foram três com idades entre três e quatro anos, e todas aceitaram participar.

Para confirmar sua aceitação, como forma de contrato, as crianças colocaram a marca de sua mão com a cor de sua preferência, na primeira página do álbum (apêndice 3).

Os encontros posteriores foram planejados por temas, que auxiliaram a organizar as várias fotografias como: primeiro dia de aula de 2009, carnaval, passeios no Natal, brincadeiras no parque. Os temas foram abordados com as crianças a fim de extrair delas comentários e outros fatos que completassem as imagens desses momentos. Como sua linguagem está em processo de desenvolvimento, os comentários foram curtos e sem muita elaboração tais como: “Eu gostei do carnaval” (SIC); “Eu gosto de bicicleta” (SIC); “Na escola tem a tia Jana e a tia Josi” (SIC). Os comentários expressos pelas crianças nos momentos da atividade ou do encontro foram anotados em seus álbuns.

A partir do segundo encontro percebemos que teríamos que utilizar algumas estratégias para prender a atenção das crianças, já que os encontros foram realizados em sua maioria na brinquedoteca, e em alguns momentos o desejo de mexer nos brinquedos era mais forte. Então a opção foi dar uma tarefa a eles que consistia em fazer um desenho para nós, o que funcionou muito bem em todos os casos. Observando os desenhos, percebemos que as crianças se expressam de forma muito abstrata, e que para retratar mais facilmente seus gostos, medos,

preferências, vínculos afetivos, fragilidades, potencialidades, deveríamos recorrer a outras formas de expressão.

Então, em um dos momentos da atividade, enquanto desenhavam, foi feito um pequeno questionário, ou uma pequena entrevista tentando descobrir quais suas preferências para sabermos um pouco da identidade de cada um. As perguntas foram tipo: o que gosta de comer? qual o animal que mais gosta? do que tem medo? Estas respostas foram transformadas em imagens que foram impressas para que em atividade posterior fossem pintadas por eles.

Foi questionado também com quem eles gostariam de tirar uma foto para guardar no álbum. Este momento proporcionou algumas surpresas e muitas emoções às pessoas escolhidas: a professora, a assistente social, uma cuidadora.

O momento de atividade de pintura foi muito rico, tendo surgido intervenções interessantes, como a da criança que pintava uma bruxa que representava seus medos. Pintou a figura com a cor preta e ao nos entregar disse “Assim ela não pode me ver” (SIC), (apêndice 4). O desenho ou pintura ajudaram muito a dar as crianças o sentido de que eram autoras do álbum.

Esse sentimento de autor do álbum ficou evidenciado no momento em que uma das crianças foi apresentada aos pretendentes a pais substitutos. A criança pede para mostrar o álbum aos pretendentes, e quando questionada sobre a autoria responde: “Fui eu que fiz” (SIC). Respeitando assim, a individualidade, algo que ela construiu e é somente dela, pois na convivência dentro da instituição quase tudo é socializado, e o sentimento de individualidade fica, em muitos momentos, prejudicado.

Dos três álbuns, que foram iniciados, apenas um foi entregue. Foi surpreendente observar a preocupação da criança em mostrar seu álbum, relatando as situações e dizendo “Esse sou eu na bicicleta” (SIC), e de não esquecer de levá-lo consigo.

Após a saída da criança do abrigo para o estágio de convivência, inicia-se a fase de finalização do álbum, onde todas as cuidadoras e técnicos são convidados a registrar sua despedida, darem seus depoimentos sobre a criança ou expressarem seu carinho por ela, através de um pequeno relato que será anexado à uma

fotografia para que a criança consiga lembrar das pessoas que o acompanharam nessa fase.

O carinho recebido por essa criança, por parte dos profissionais da instituição, ficará guardado em sua memória-lembrança, e “é dessa matéria que são feitos os sonhos e a poesia (BERGSON apud BOSI, 2004)”.

2.2.4 Crianças de 0 – 8 anos com fratria no abrigo

Nesta categoria existe uma junção das categorias anteriores, isto é, crianças com maior desenvolvimento cognitivo, bem como crianças com o desenvolvimento cognitivo ainda em seu início. O critério usado nesta categoria foi o pertencimento a uma fratria, visto que é uma das recomendações do Estatuto e do PNCFC que os vínculos afetivos entre os grupos de irmãos sejam preservados.

As atividades com os grupos de irmãos tiveram uma dinâmica similar às atividades com as crianças de três a seis anos, mesmo com a existência de crianças menores. Existiram, porém, algumas atividades que foram diferenciadas, de acordo com as peculiaridades de cada grupo.

Optou-se por preservar a fratria mesmo que alguns membros não participassem efetivamente. A essas crianças menores de três anos, a construção do álbum seria menos interativa, pois, como foi mostrado anteriormente para essa idade, o álbum se apresenta como iconografia.

No primeiro encontro com as crianças, além da questão do aceite ou não da construção do álbum, um outro questionamento foi colocado: se preferiam construir o álbum individualmente ou com o grupo? Em todos os quatro grupos de irmãos a opção foi por construir o álbum em conjunto. É importante salientar, que em todos os grupos, houve a definição de forma imediata pela construção do álbum com o grupo de irmãos.

Entre irmãos e irmãs é possível observar diversos tipos de alianças. [...] estes jogos de alianças são manipulações que se situam no limiar da consciência, e vêm em resposta aos diferentes estresses – tanto interno quanto externo – que sacodem e angustiam as famílias. Esta busca de alianças, e até de fusão, acalma momentaneamente a angustia (MEYNCKENS-FOUREZ, 2000, p. 40).

Em um dos grupos, em que as crianças são pequenas conseguimos a expressão do desejo de apenas uma das crianças, a mais velha, já que as menores não têm desenvolvimento cognitivo suficiente para fazer as escolhas. A opção, então foi pela construção do álbum em grupo, como podemos observar no relato em diário de campo:

“11-03-09

Primeiro contato com o grupo de irmãs formado por Ana (4 anos), Marta (2 anos) e Luiza (7 meses). Como as meninas são pequenas, a atividade não vai ocorrer na brinquedoteca, onde estão ocorrendo os demais encontros. Pelo fato de Luiza ter apenas 7 meses e Marta de 2 anos, e ser muito agitada, por segurança, vamos realizar o encontro no salão onde as crianças brincam. Este fica ao lado da cozinha e há sempre uma cuidadora no local. Para qualquer imprevisto ela poderá nos auxiliar.

Pedimos então para a Auxiliar de Enfermagem pegar Luiza e a colocamos em um carrinho. Esta ficou por alguns momentos cuidando de Luiza no carrinho até que eu viesse com as outras duas meninas.

Com a Coordenação do Educandário avisada, fomos até as salas e perguntamos para as respectivas professoras de Ana e Marta se poderiam liberar suas alunas. Fomos atendidas prontamente.

Nos dirigimos então ao abrigo; logo que chegamos à sala, Ana ocorreu em direção à irmã, que estava no carrinho de bebê, beijou-a muito e a abraçou. Foi evidente sua emoção ao ver a irmã. Normalmente os bebês ficam no berçário, e a rotina diária da escola faz com que se encontrem poucas vezes

durante a semana, já nos finais de semana, quando ficam no abrigo, o contato se faz mais freqüente.

Com Marta não ocorreu a mesma emoção, ficou aparentemente feliz ao ver a irmã, mas foi brincar. Ela estava “elétrica” neste dia, só queria correr ao redor da mesa da sala e brincar de pega-pega.

Pedimos para que as meninas maiores sentassem e iniciamos a atividade explicando o que era um álbum, me ouviram atentamente; perguntamos a elas se gostariam de construir um álbum e se gostariam que fosse das três irmãs. Ana me respondeu que sim e que queria junto com as “manas” (SIC). Marta apenas sinalizou com a cabeça que sim.

Foi explicado então, sobre a colocação da marca de suas mãos como sinal de aceitação da construção do álbum. Na escolha das cores necessitei da ajuda da cuidadora, para que não ocorresse nenhum incidente com as tintas. Ana escolheu a cor vermelha, pintei sua palma da mão e colocamos na página, Marta escolheu a cor azul, colocamos então a marca na página. Antes de fazer o mesmo com Luiza, fomos lavar as mãos.

Para Luiza escolher a cor colocamos os potinhos próximos a ela e esperamos ela pegar um deles, escolheu a cor vermelha. Isso ocorreu muito rapidamente e logo tentou coloca-lo na boca. Tivemos certa dificuldade para colocar sua marca na página, ela é muito pequena e ficou difícil para esticar todos os dedinhos, decidimos então colocar a marca de seu pé, o que ocorreu mais facilmente. Ana observava o bebê atentamente, Marta voltou a correr ao redor da mesa da sala. Terminada a atividade proposta, pedimos que se despedissem do bebê, pois, voltariam ao Educandário. As duas deram beijos na irmã e voltamos à escola.

Avaliação

O objetivo da atividade foi atingido, as crianças aceitaram participar do trabalho de construção do álbum. A escolha de fazer o álbum do grupo partiu principalmente de Ana por ser muito ligada às irmãs. Marta e Luiza são pequenas demais, sabemos que não conseguirão participar efetivamente da construção, mas Ana conseguirá. Então as atividades serviram principalmente como momento do grupo. Percebemos que a atuação deve ser realizada de forma diferenciada entre as irmãs, com atividades diferentes para conseguir sua atenção, principalmente de Marta”.

A criança que tem preservado o direito a convivência com seus irmãos, após abrigo, tem sua última ligação afetiva preservada. Manter a fratria unida, juntas na mesma instituição, é uma forma de preservar o direito assegurado pelo Estatuto e pela PNCFC.

Para ilustrar a importância do vínculo afetivo entre os irmãos, apresentamos mais um relato do diário de campo. A ligação afetiva ficou expressa no desejo de incluir na construção do álbum irmãos que estão sob medida de proteção em outro abrigo como podemos observar no relato a seguir:

“17-03-09

Segundo encontro com as crianças Flávia (8 anos) e sua irmã Simone (4 anos):antes de ir buscar as crianças no educandário, levamos até a brinquedoteca (local da atividade) os materiais que seriam usados para a atividade: fotos, enfeites de papel, cola, tesoura, folhas coloridas.

Flávia fica no abrigo no período da tarde; fomos então buscar Simone, no Educandário. Com a coordenação e a professora devidamente cientes, fomos para a brinquedoteca, local onde ocorrerá a atividade.

Acomodamos-nos, e então perguntamos se lembravam da atividade anterior sobre a construção do álbum. As duas me responderam que sim, estavam curiosas para saber como se daria a atividade. Mostramos a página com a palma das mãos e explicamos que nesta atividade construiríamos algumas páginas. Explicamos também que o álbum seria levado por elas quando da sua saída do abrigo.

Flávia nos perguntou se as suas duas irmãs, que estão sob medida de proteção em outro abrigo poderiam participar da construção. Explicamos que como as visitas são mensais poderíamos fazer páginas com as visitas, mas que a construção conjunta do álbum seria inviável. A participação delas se daria de forma secundária. Perguntou em seguida se ela poderia dar o álbum para as irmãs, explicamos a elas novamente sobre a forma continuada da construção do álbum, mas que poderíamos mostrá-lo e quando da sua saída ela poderá levar junto a elas.

Simone observava atentamente.

Iniciamos então a construção das primeiras páginas. O tema da página foi “Natal na casa da Mônica”. Com duas fotos enviadas pela voluntária Mônica, com quem as quatro irmãs passaram o Natal, demos prosseguimento ao álbum. Perguntei se gostariam de colocar uma ou as duas fotos, escolheram colocar as duas. Inicialmente seus comentários foram: “nossa! as manas” (SIC), “que lindas!” (SIC). Enquanto as meninas escolhiam, fizemos algumas perguntas referentes ao Natal, se haviam gostado, como haviam se sentido.

Simone apenas ficou admirando as fotos, mas Flávia fez alguns comentários que foram anotados no álbum.

Na segunda atividade desse encontro, pedimos às meninas que desenhasssem quais os tipos de brincadeiras elas gostam. Enquanto as crianças desenhava, perguntamos se poderia fazer algumas perguntas a elas; as duas me responderam que sim. Perguntamos então sobre seus gostos: o que gostam de comer, de que animal gostam, e de que tem medo. Estas questões servirão de base para uma próxima atividade, pois como Simone é muito pequena, no próximo encontro traremos os desenhos já impressos para que elas pintem.

Concluídos os desenhos, e colados na página, pedi então para que escolhessem a decoração da página. Cada uma escolheu quatro desenhos e fomos montando de acordo com o local que cada uma nos indicou. Perguntamos se gostaram do resultado final, responderam sinalizando com a cabeça que sim.

A parte final da atividade consistiu na leitura de um livro. Perguntei se Flávia gostaria de fazer a leitura pra nós, respondeu que sim, pedimos então para que ela escolhesse que história ela gostaria de ler. Livro escolhido, iniciou a leitura. Quando já estava na metade, Simone nos perguntou se iria demorar muito. Respondemos que deveríamos esperar o fim da leitura, mas ela insistiu que gostaria de voltar para a sala de aula no Educandário. Perguntamos à sua irmã se poderíamos terminar a leitura na próxima vez que nos encontrássemos, diante do desejo de Simone; disse que não teria problema, mas que gostaria de ficar com o livro para terminar a leitura. Não nos opusemos.

Encerramos a atividade e retornamos com Simone ao educandário.

Avaliação

A atividade transcorreu de forma tranqüila, as meninas se divertiram, e conseguimos terminar as atividades propostas para esse encontro. Tivemos que repensar a leitura do livro, pois embora seja interessante para Flávia, não motiva Simone. Quanto ao desenho, Simone é pequena e não tem tanta coordenação e imaginação para expressar-se; já para Flávia isso foi mais fácil. Para facilitar um pouco, no próximo encontro trarei os desenhos representando os gostos já impressos”.

Ao trabalhar com uma fratria em que duas irmãs mais velhas encontram-se em outro abrigo, observamos de acordo com Meynckens-Fourez (2000), que, com a separação dos irmãos, a criança (Flávia) tornou-se o primogênito funcional, responsabilizando-se pela proteção de seu irmão menor, bem como pela preservação do vínculo com os irmãos maiores que estão em outra instituição.

Para esse grupo, além das páginas dos encontros dos irmãos, foi proposto também a confecção de cartinhas contendo fotos e desenhos para envio ou entrega pessoalmente aos irmãos nas visitas e assim manter uma relação mais próxima entre as crianças, preservando os vínculos. Como afirma Carreirão (2005):

Quando em regime de abrigo, entendemos que o não desmembramento de grupos de irmãos é uma forma de se preservar o direito à convivência familiar e comunitária, respeitando-se as suas figuras de apego, as histórias familiares, os laços fraternos. [...] (CARREIRÃO, 2005, p. 148).

Na elaboração dos álbuns, além da construção da iconografia contextualizada por eles (contendo momentos de: brincadeiras, carnaval, primeiro dia de aula de 2009, passeios) foram incluídas algumas temáticas para que as crianças pudessem construir, desenhar ou pintar, dando-lhes o caráter de autoria, tais como: o que gosto de brincar (apêndice 5), o que gosto de comer (apêndice 6), do que tenho medo (apêndice 7). Foi o que ocorreu em todos os casos, pois todos referem-se aos álbuns como sendo do grupo ou “nosso” (SIC).

Todas as pessoas têm uma história única e singular. Poder conhecê-la, preservá-la e contá-la é, portanto, fortalecer quem você é, quem quer ser e qual a sua trajetória e lugar no mundo. Todo ser humano é protagonista de sua vida e ter a oportunidade de se apropriar da autoria da sua história significa construir subjetividade (GUIA, 2007, p. 29).

Salienta-se que, na construção da iconografia, a criança participa escolhendo tanto as fotos bem como os desenhos que servirão de enfeite para a página. As crianças já alfabetizadas participam também na contextualização da iconografia, entre outras anotações (apêndice 8), porém, quando não havia criança alfabetizada no grupo nossa mão é que os ajudava expressar-se por palavras no álbum.

2.2 REPERCUSSÕES

No nosso entendimento, a construção do álbum repercutiu de forma positiva de acordo com alguns indicadores: todas as crianças abordadas para a participar na construção do álbum, aceitaram e participaram efetivamente. No cotidiano de nossa convivência com as crianças, no abrigo em muitos momentos fomos abordadas com o questionamento: “é eu hoje?” (SIC) ou “tu me leva na tua sala?” (SIC). Nossa rotina de ir buscar as crianças no Educandário teve que ser modificada, pois, com nossa entrada em sala de aula as crianças corriam ao nosso encontro questionando: “tu veio me buscar?” (SIC), “tu vai me levar hoje?” (SIC) e quando a resposta era negativa o choro era a manifestação mais constante, demonstrando o desejo de participar da atividade de construção do álbum.

Após várias explicações, sobre o funcionamento das atividades diárias do projeto, a impossibilidade da realização de atividade com elas todos os dias ou de levar várias crianças no mesmo dia, e que cada criança ou grupo de irmãos teria seu dia para construir o álbum, os questionamentos se modificaram: “quem tu veio buscar hoje?” (SIC), “amanhã me leva?” (SIC). Após os primeiros meses de construção as crianças já se acostumaram com a rotina de funcionamento das atividades.

Com as crianças maiores, que freqüentam a primeira, segunda e terceira série do ensino regular, a repercussão aconteceu de forma diferente. Estas gostam de

ver, nos pedem para ver o álbum delas, bem como os álbuns das outras crianças. Pedem também para mostrar às cuidadoras, aos voluntários e seus familiares.

Antes de nossa última abordagem com um grupo de irmãos que conheceria os pretendentes a pais substitutos, uma das crianças nos abordou e perguntou: “quando a gente vai terminar o álbum? Pois, amanhã eu irei embora e ele tem que estar pronto” (SIC). Ressaltamos a importância simbólica da construção e a certeza de que o seu álbum seria levado.

Esse interesse de construir o álbum acontece também, pois, nos casos em que as crianças são encaminhadas a famílias substitutas, o álbum tem sentido de que a “provisoriedade” está chegando ao seu final, principalmente nos casos de adoção internacional, quando recebem um álbum dos pretendentes a pais substitutos.

A repercussão positiva aconteceu, também, com pais substitutos. Após a entrega de um dos álbuns, pedimos o mesmo por uns dias, pois, gostaríamos de fotografá-lo como uma forma de registrar o trabalho. Então, o sentimento de respeito pela história da criança, desses pais substitutos com relação ao álbum, ficou evidente no momento de uma conversa quando um dos pais expressou: “será que posso levar o álbum? Pois, já estou me sentindo dono do dele” (SIC). Esses pais estão dando continuidade a esse registro de memória, seguindo os mesmos moldes do álbum construído no Abrigo.

Quanto ao retorno à família de origem não houve, neste espaço de tempo de construção dos álbuns, um desfecho. Em um caso, em que existe uma previsão de retorno, foi exposto o projeto e houve a sinalização do desejo de continuidade após o desabrigoamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente Trabalho de Conclusão de Curso apresentamos o projeto de intervenção realizado com crianças de 0 – 8 anos sob medida de proteção no Lar das Crianças Seara da Esperança. Pudemos compreender, durante o período de estágio supervisionado, bem como na execução desse projeto, a realidade imposta a essas crianças: uma realidade de medos e ansiedades, de violência e privação de direitos. No contexto atual das políticas públicas que deveriam estar voltadas ao atendimento e à proteção da criança e à família, isso não se efetiva; a inclusão nos programas fica restrita ao pré-requisito da maior necessidade. Acentuando a dominação dessas camadas da sociedade, que ficam a mercê de políticas públicas que são focalizadas, produzindo ainda mais opressão.

No projeto de intervenção aqui descrito, o foco foi a criança, em uma tentativa de minimizar essa violação de direitos e tentar garantir a dignidade, a preservação da memória resgatando esse direito. Pois segundo Proust (apud Cahuí, 2006) a memória é a garantia de nossa própria identidade (PROUST apud CHAUI, 2006). Com este projeto procurou-se preservar minimamente a memória das crianças sob medida de proteção, colocando-as como autoras, nos casos onde houve sua participação efetiva.

Na construção dos álbuns das crianças de 0 – 3 anos, sem fratria na Instituição, a iconografia cumprirá posteriormente o papel de “revelador de informações e detonador de emoções (KOSSOY, 1989, p. 16)”, pois, guarda o seu desenvolvimento inicial, os primeiros passos, as primeiras brincadeiras e primeiros afetos; se foi um bebê magrinho ou gordinho, cabeludo ou careca. Informações que a princípio podem parecer sem valor, mas que fazem parte de sua história.

Já na construção dos álbuns das crianças de 3 – 6 sem fratria na Instituição e dos grupos de irmãos, a iconografia foi fundamental para “revelar as informações e detonar as emoções”, no momento das atividades, revendo momentos e pessoas, sendo utilizada para reavivar a memória das crianças. Este reavivamento trouxe consigo pequenos depoimentos, que foram registrados no álbum. Este conteúdo é que o auxiliará a contar a sua história.

Para as crianças o álbum adquiriu um valor simbólico de preservação de sua identidade, algo que está sendo construído, por eles, para se levado no momento do desabrigamento, que vai ajuda-los a contar sua história. Valor esse, expressado por suas falas, questionamentos e por seu desejo em participar das atividades de construção dos álbuns.

Os álbuns tentam passar, de forma lúdica, a mensagem de que o abrigo é uma medida provisória. O álbum que chega, quando em adoção internacional, traz a indicação uma nova perspectiva, indicando a proximidade do desfecho. Assim, a construção do álbum ganha um sentido de avanço no processo, a caminho do desabrigamento.

Não podemos deixar de observar que o trabalho de construção dos álbuns se justifica a partir do não cumprimento da provisoriedade da medida. Se as políticas públicas, responsáveis pela proteção da criança, garantissem o direito a convivência familiar e comunitária, não teríamos a necessidade desse resgate de memória.

No entanto, diante da não provisoriedade da medida, do tempo em que a criança permanece sob a tutela do Estado, é que se fundamenta o objeto desse projeto. A medida de proteção “abrigo” garante a proteção, diante de situações de risco a criança, mas não consegue suprir todas as suas necessidades para um desenvolvimento saudável, como afirma Valente (2007):

A família é primeira e fundamental referência para o desenvolvimento e convivência do ser humano [...] a disponibilidade afetiva da família é que oferecerá à criança [...] a segurança necessária para seu processo de aprendizagem e é no cotidiano dessas relações que ocorrerão os primeiros ensaios dos erros e acertos para a inclusão na sociedade (VALENTE, 2007, p. 183).

As experiências vividas, a convivência com outras crianças, os erros e acertos do cotidiano são essenciais a sociabilização do futuro adulto, e “quanto mais a criança ou adolescente souber como foi a experiência, melhor conseguirá entendê-la como fase integrada à sua vida (GUIA, 2008, p. 30)”.

Sugerimos a continuidade do projeto, pois, embora a medida de abrigo seja provisória sempre existirão situações que demandarão mais tempo para a desinstitucionalização. Além disso, os objetivos do projeto se compatibilizam com as funções do Serviço Social na Instituição que, entre outros objetivos, busca respeitar o direito à dignidade e construção da identidade da criança abrigada.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Diuvani Tomazoni and VIEIRA, Mauro Luís Relação de apego entre crianças institucionalizadas que vivem em situação de abrigo. **SciELO**. Psicol. estud., Ago 2004, vol.9, no.2, p.207-217

ARIES, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 279p.

BIDARRA, Zelimar S., e OLIVEIRA, Luciana V. N. **Serviço social e Sociedade 94**. Infância e adolescência: o processo de reconhecimento e garantia de direitos fundamentais. São Paulo, Cortez, 2008

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 11. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 490 p.

BOWLBY, John . **Formação e rompimento dos laços/afetivos**. São Paulo: M. Fontes, 2001.

BOWLBY, John. **Cuidados maternos e saúde mental**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988. 225p.

BRASIL. **Constituição de 1988**, São Paulo. Editora Rideel, 2008.

-----, **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e Adolescente à convivência Familiar e Comunitária**. Distrito Federal, CONANDA, 2006.

-----, **Acompanhamento à família de origem**. GT Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária, 2006.

----- **Estatuto da criança e do Adolescente.** Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Série cidadania, Assembléia Legislativa.

CARREIRÃO, Úrsula Lehmkuhl. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Programa de Pós-Graduação em Serviço Social . **Irmãos em abrigos:** possibilidades e limites para o resgate do direito à convivência familiar e comunitária. Florianópolis, SC, 2005. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

CERVENY, Ceneide M. de O. e BERTHOUD, Cristina M. E. **Família e Ciclo Vital:** nossa realidade em pesquisa. São Paulo, Casa do psicólogo, 1997.

CHAUÍ, Marilena de. **Convite à filosofia.** 8. ed. São Paulo: Atica, 2006. 440p.

COSTA, Cléria Botelho da; MAGALHÃES, Nancy Alessio. **Contar história, fazer história:** história, cultura e memória. Brasília: Paralelo, c2001. 361p.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. **(Re)introduzindo A História Oral No Brasil**, São Paulo: SP, p.33-47, 1996.

GUEIROS, Dalva Azevedo; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva . Direito à convivência familiar. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo , v.26, n.81 , p. 117-134, mar. 2005.

Guia de ação para abrigos e colaboradores. **Fazendo minha história.** HISTÓRIA, Instituto Fazendo (Org.). São Paulo: Associação Fazendo História, 2007.

KOENIG, Samuel. **Elementos de sociologia.** 3. ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 1974. 387p.

KLAUTAU, Altair Dolores Dias. Importância da formação e manutenção dos vínculos familiares para o desenvolvimento da criança e do adolescente/ Altair Dolores Dias Klautau. **Trilhas : [Belém]**, Belém , v.7, n.16 , p.43-48, dez.2005.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e historia.** São Paulo: Ática, 1989. 110p.

LEITE, Miriam Moreira. . **Retratos de família:** leitura da fotografia histórica. 3.ed. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2001. 189p.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de. **Serviço Social e intervenção profissional**. Florianópolis: Ufsc, 2004, 14p.

MUSSEN, Paul H . **O desenvolvimento psicológico da criança**. 7.ed Rio de Janeiro (RJ) Zahar; 1975 148p.

CADERNOS DE EDUCAÇÃO. **O desenvolvimento da criança do nascimento aos seis anos**: conhece-la melhor, para melhor ajuda-la. São Paulo: Pioneira, 1973.

OSTETO, Maria Irene. **Relatório Final de Estágio**. Departamento de Serviço Social (DSS). Universidade Federal de Santa Catarina. 2009-1.

OSTETO, Maria Irene. **Plano de Estágio**. Departamento de Serviço Social (DSS). Universidade Federal de Santa Catarina. 2009-1.

OSTETO, Maria Irene. **Diário de Campo**. Departamento de Serviço Social (DSS). Universidade Federal de Santa Catarina. 2009-1.

PIAGET, Jean; INHELDER, Barbel. **A psicologia da criança**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. 135p.

SAVI, Aline Eyng. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo . **Abrigo ou lar? um olhar arquitetônico sobre os abrigos de permanência continuada para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social**. Florianópolis, 2008. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura.

SOUZA, Marli Palma. Políticas de proteção para a infância e adolescência: problematizando os abrigos. **Revista Sociedade em Debate**, Pelotas: EDUCAT, v.12,nº 1, jun/2006.

MEYNCKENS-FOUREZ, Muriel; TILMANS-OSTYN, Edith (Org.). **Os recursos da fratria**. Tradução Carlos Arturo Molina-loza, Ana Maria Prates. Belo Horizonte: Artesã, 2000. 260 p.

ULIANO, Marina Hadlich. **A Medida de Abrigamento e Sua Execução**. Trabalho de Conclusão de Curso em Direito. Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis, Florianópolis, 2007, 83 p.

VALENTE, Janete Aparecida Giorgetti . Uma reflexão sobre o acolhimento familiar no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo , v.28, n.92 , p. 174-186, nov. 2007.

VOLIC, Catarina; BAPTISTA, Myrian Veras. Aproximação ao conceito de negligência. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 83, p.147-156, set. 2005.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Introspec%C3%A7%C3%A3o> acesso em 15-04-09

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Percep%C3%A7%C3%A3o> acesso em 15-04-09

<http://www.ipea.gov.br/Destaques/abrigos/capit11.pdf> acesso em 17-04-09

<http://www.mundocultural.com.br/index.asp?url=http://www.mundocultural.com.br/literatura1/romantismo/casimiro.htm> acesso em 19-04-09

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Subconsci%C3%Aancia> acesso em 20-04-09

<http://imasters.uol.com.br/artigo/4498/teoria/iconografia/> acesso em 19-04-09

APÊNDICES

APÊNDICE 1
Página de álbum de criança de 0- 3 anos sem fratria no abrigo



APÊNDICE 2
Página de álbum de criança de 0 – 8 anos portadora de deficiência
Recados

Recadinhos das minhas
ex-professoras do Educandário

[illegible]

Marcelo, e faz a para
nova foto, que paga
em volta, e a que da 100
oferece como um
dele, mas o interior
branco dos olhos
que a coisa a parte da
uma outra cor, e
muito, e se implora
muito, e a contradição
e de quem
estando no mesmo
Marcelo

Marcelo, a tua
existência aqui
entre nós. Vai ser
seus pra tanto
luz e beleza

His Wilhelmina

(14/05/09)



APÊNDICE 3

Página de álbum de criança de 4 - 6 anos sem fratria no abrigo, contrato.

A minha mão direita:



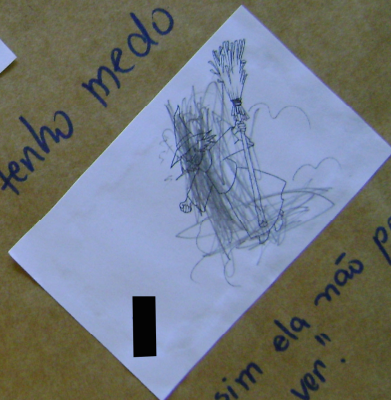
02/03/2009

APÊNDICE 4
Pintura sobre gostos e medos.

Eu gosto de:



Eu tenho medo de:



"Assim ela não pode
ver".

APÊNDICE 5
O que eu gosto de brincar?

"Eu gosto de brincar de..."
Parque.



20/03/09



APÊNDICE 6
O que eu gosto?

Eu gosto de ...



APÊNDICE 7
Tenho medo....

Tenho medo de...



Anexo 8
Participação de criança alfabetizada

Eu gosto de brincar de...



7/10/03

MAMAE FILINHA
DE LOÇINHA
DE FANTOCHE
DE BONECA
DE BATATA QUENTE

